



Doi: 10.4025/7cih.pphuem.1064

## **PRECARIZAÇÃO, ADOECIMENTO E RESISTÊNCIAS: AS INTERFACES DO MUNDO DO TRABALHO E O MAL-ESTAR DOCENTE NA SEE-SP**

Mariana Esteves de Oliveira  
Docente UFMS; Doutoranda UFGD/PPG de História

**Resumo.** Na presente comunicação, objetivamos socializar as perspectivas e alguns resultados de pesquisa acerca da precarização do trabalho docente na Secretaria Estadual de Educação de São Paulo. Sob o olhar materialista da *História e Mundos do Trabalho*, analisamos a constituição do cenário neoliberal de precarização docente e suas consequências junto aos sujeitos da pesquisa. Como objetivo, o escopo fundamental se ampara no auscultar dos sentimentos, vivências e experiências docentes no decurso das três últimas décadas, marcadas pelo desmonte das condições de trabalho e proletarianização da categoria. Para dar conta disso, do ponto de vista empírico metodológico, a pesquisa se desenvolve com cerca de 130 docentes vinculados às seis escolas públicas estaduais de Andradina-SP, por meio de questionários estruturados com perguntas objetivas e abertas, privilegiando análises qualitativas na perspectiva dialética. Ainda em processo de investigação, já é possível depreender, por um lado, as intenções políticas do projeto neoliberal paulista, afinado ao capital internacional, materializadas em: arrocho salarial, intensificação do trabalho, fragmentação contratual da categoria, programas meritocráticos avaliacionistas, e retirada de direitos outrora conquistados. Por outro lado, vislumbramos experiências docentes que oscilam entre a tradição e a resistência, ora suscitando nostalgicamente a deferência e o reconhecimento docente da origem burguesa da categoria, ora aproximando-se do movimento operário no fazer-se de greves e manifestações. Em meio ao cenário engendrado (precarização e resistência), destacam-se ainda as consequências vivenciadas cotidianamente pelos professores, tais como o adoecimento e a insegurança nas escolas, a balizarem o trabalho docente pelo sofrimento e a crise da educação pública na contemporaneidade.

**Palavras-chave:** História Social do Trabalho; Precarização do trabalho docente; Adoecimento; Resistência docente.

### **I – Introdução**

Neste texto, apresentaremos um relato de pesquisa acerca do tema da precarização do trabalho docente sob os fundamentos teórico metodológicos da História Social do Trabalho. Esse é um tema presente nas pesquisas da Sociologia da Educação, cujas publicações têm contribuído para a apreensão das

transformações nas condições de trabalho dos professores, explicitando o que se convencionou chamar de *mal-estar docente*<sup>1</sup>, em um cenário neoliberal marcado pela desvalorização material e flexibilidade do trabalho.

Próxima do “toyotismo na educação”, a precarização se materializa em uma legislação cada vez mais flexibilizada, impactando salários, jornadas, contratos e intenso avaliacionismo, desdobrados em pauperização, intensificação do trabalho, fragmentação e instabilidade que, por sua vez, geram situações de estresse, cansaço, adoecimento, sofrimento, abandono de trabalho e resistência docente, além dos reflexos na educação.

Enquanto processo histórico, é possível localizar esse cenário a ser engendrado nas tessituras do movimento de mundialização do capital, acirrado nos anos 1990, década em que o direcionamento do capitalismo global e suas necessidades de mão de obra ajustaram a educação enquanto instrumento aparelhado ao neoliberalismo. Em 1990, a *Conferência Mundial da Educação para Todos*, ocorrida na Tailândia, foi a pedra inaugural que arregimentou um plano global de ações articuladas por organismos como o Organização das Nações Unidas para a Educação, a UNESCO, o Banco Mundial, o FMI e outros. Tais organismos costuraram as políticas educacionais aos sistemas de financiamento da educação pública em países em desenvolvimento, fazendo valer a cartilha neoliberal em grandes projetos que unificaram agendas, currículos e orquestraram metas e discursos em uma mesma direção.

Cabe salientar ainda que o contexto neoliberal estimula a desconstrução da centralidade do trabalho, propugnada na historiografia social de tradição marxista que, face à crise paradigmática, se encontra em processo de reflexão e ampliação. Enquanto a ideologia hegemônica neoliberal destitui a importância do trabalho e impõe identidades individuais voltadas ao consumo e ao discurso pós-moderno, chamando o trabalhador de *colaborador* (ANTUNES, 2004), a historiografia social do

---

<sup>1</sup> Os estudos que referenciam a precarização do trabalho docente ao conceito de *mal-estar docente* abordam as consequências da precarização refletidas no adoecimento e absenteísmo docente ou, ainda, no que muitos sociólogos e psicólogos adotaram para pensar todo o campo de sintomas desenvolvidos em trabalhos estressantes, conhecido como síndrome de *Burnout*. Em nossa pesquisa, damos ênfase à centralidade do trabalho e nas causas da precarização, embora também tratemos desses conceitos. Para melhor compreensão, indicamos: ESTEVE, J. Manuel. **O mal-estar docente: a sala de aula e a saúde dos professores**. Bauru: Edusc, 1999.

trabalho, antes limitada ao operariado fabril, tem se dilatado para inserir, no seu campo de estudo, os trabalhadores sem trabalho, os trabalhadores sem salários, os improdutivos, também nas suas identidades de gênero, geração e etnia, vistos que são *classe que vive do trabalho* e expressam a manutenção da premência do trabalho agora sob as mais diversas possibilidades (BATALHA, 1998).

Ao diagnosticarmos a ausência destas discussões na historiografia social do trabalho, justificamos o necessário mergulho histórico aos processos e experiências da precarização do trabalho docente, no bojo de uma “história vista de baixo”. Nesse contexto, apresentamos aqui alguns elementos da nossa pesquisa, onde os sujeitos são os professores, no cenário histórico da precarização do trabalho docente da Secretaria Estadual de Educação do Estado de São Paulo (SEE-SP), representado pela Diretoria Regional de Ensino (DRE) de Andradina, nesse mesmo município, em suas seis escolas estaduais<sup>2</sup>. Do ponto de vista metodológico, a aplicação de questionários de pesquisa logrou a efetivação de uma primeira etapa onde reconstituímos o cenário da precarização do trabalho docente em âmbito nacional, estadual e local, por meio da análise da legislação e de dados que possibilitaram a compreensão dos aspectos materiais do processo e suas relações com as experiências docentes. As falas docentes deram diferentes sentido aos dados, pois não objetivamos uma análise quantitativa, ao contrário, nossa finalidade é compreender como os professores e professoras da SEE-SP-DRE Andradina experimentaram a precarização das suas condições de trabalho.

## **II – O fazer-se dos sujeitos entre precarização do trabalho e resistência**

A priori, analisamos o processo por meio da questão salarial (desvalorização material), das jornadas (intensificadas), dos contratos (flexíveis e temporários) e do avaliacionismo instituído como meio de implementar uma política de “bonificação por resultados” por parte da SEE-SP. Observamos ainda como a violência nas escolas também incide para agravar a atmosfera do trabalho docente (seja materializada em brigas de gangues e agressividade real, seja camuflada em uma indisciplina que afeta os docentes em âmbito emocional) e como isso reverbera na saúde dos

---

<sup>2</sup> A DRE de Andradina é responsável pelas escolas de 11 municípios, tendo mais de mil professores. Em Andradina, especificamente, há cerca de 200 docentes lecionando nas escolas estaduais. No processo da pesquisa, obtivemos a participação de 128 professores que responderam ao questionário da pesquisa.

professores, gerando um grau excessivo de adoecimento e sofrimento. Também levantamos as práticas de resistência no âmbito sindical e no fazer-se de greves e manifestações que revelam que os sujeitos, embora amplamente marcados pela precarização e sofrimento, estão em luta.

Nesta perspectiva, de um lado, observamos que a bonificação por resultados e as avaliações institucionais constituíram-se como temas importantes pois, ao vislumbrar a criticidade dos professores frente ao “bônus”, mesmo que a grande maioria receba seus valores anualmente, compreendemos os meandros de uma economia moral docente, localizada na ideia de injustiça, apontada por muitos docentes, acerca dos critérios que interferem em sua remuneração. Observamos a recorrência de discursos de solidariedade com colegas que, embora trabalhem, não recebem igualmente. De outro lado, observamos que, no que tange às resistências, há fraturas que revelaram o enraizamento do ideário neoliberal, fortalecedor da identidades individuais e desmobilizador de coletividades.

Nesse contexto, encontramos a extensão da crise vivida pelos professores afetando sua tradição de lutas e movimentos. O associativismo docente, nascido na primeira metade do século XX por meio do CPP em 1930 e, em seguida, pela APEOESP, em 1945 (de professores secundários, hoje imensa maioria da SEE-SP), não obstante o assistencialismo que marca seu início, ganhou, nos anos 1970, uma conotação combativa que inseria os docentes paulistas no centro da vanguarda dos movimentos políticos contra a ditadura. Ferreira e Bittar (2006) acreditam que a categoria, enquanto ente coletivo, herdou uma tradição combativa que a caracteriza e que se manifesta na continuidade da luta, explicitada (e muito vezes construída) nas greves.

Mas as dificuldades atuais de mobilização na categoria são evidentes, e tem sido objeto de preocupação da Sociologia da Educação que vê, na ascensão do neoliberalismo, a raiz da crise de representação dos trabalhadores docentes. É possível perceber que, desde a ascensão de Mário Covas ao governo do Estado, em 1995, as medidas de boicote à ação sindical podem ser notadas:

Deve-se salientar que a SEE e o governo buscaram desestruturar o sindicato e enfraquecê-lo frente à comunidade escolar e à população em geral. O governo permaneceu inflexível às negociações com o sindicato durante toda a gestão. Não foi incomum a SEE utilizar-se da imprensa para informar importantes medidas que interferiam na vida escolar, anulando a APEOESP como interlocutora da categoria. Além disso, desferiu ações que atingiram as bases de organização do sindicato. Conquista da APEOESP

durante o governo Montoro, a participação dos professores em atividades sindicais como encontros, seminários, reuniões de representantes de escola, eleições do sindicato, entre outras, não constavam como faltas. Em 1996, a SEE nega o abono de ponto aos professores durante as eleições gerais da entidade, que ocorreriam, desde então, com urnas volantes. (GOULART, 2004, p. 174).

Os professores das escolas estaduais de Andradina manifestaram empiricamente o que observamos na pesquisa bibliográfica, do ponto de vista da crise de representatividade da categoria, não obstante envolver o maior sindicato da América Latina. Isto é, apesar da maioria dos professores serem sindicalizados, perfazendo 60% dos docentes, apenas 41% entende o sindicato como instrumento de representação dos trabalhadores docentes. Ainda, dentre os 128 professores consultados, 48 não são sindicalizados, dentre os quais nove afirmaram que já foram filiados a APEOESP, mas se desligaram.

Mas entendemos que resistência não se resume à sindicalização. A despeito de serem, ou não, vinculados ao sindicato, ou de compreenderem, ou não, seu sindicato como legítima representação trabalhista, a maioria dos professores das escolas estaduais de Andradina afirmaram já ter participado de greves e manifestações. Entre os 128 professores, 86 disseram ter atuado em pelo menos uma greve durante a carreira (67,2%).

Compreendemos as greves como experiências de classe, de luta dos trabalhadores, com uma carga histórica importante a oportunizar situações coletivas que constroem consciência e solidariedade, pela união e pelos antagonismos que nela se vislumbram (THOMPSON, 1987). Dentre os professores, a greve tem sido, do ponto de vista histórico, o aporte de negociação mais recorrente da categoria e, portanto, tomamos aqui as relações entre os sujeitos, o trabalho docente e as greves como um fio condutor para pensarmos o agir de classe entre os docentes, o fazer-se coletivo, de resistência. A princípio, algumas contradições se expressam no que tange aos sentimentos docentes sobre tais movimentos, pois ora os sujeitos revelam uma vitalidade na prática de resistência por meio desse aporte, ora se manifestam contrariados e discordantes sobre o fazer-se de greves e manifestações. Apesar da maioria ter participado, apenas 58 professores afirmaram que concordam com as greves docentes como estratégia de reivindicação.

Isto pode ser desvelado quando observamos as formas pelas quais os docentes rememoram suas experiências de greves. A frustração, o cansaço e as

perdas são elementos que surgem em diversos depoimentos. Dentre os 86 docentes que participaram destes movimentos, 64 manifestaram uma memória negativa sobre eles. Apesar da diversidade de motivos explicitados pelos professores, pois a questão era aberta, os relatos evidenciam duas grandes faces da opinião docente. A primeira delas é a impotência do movimento diante do aparelho repressor do Estado. A segunda, com mais força, pois se manifestou em número maior de relatos, é o problema da articulação e da (des)união dentro da categoria. Na primeira, ganhamos uma dimensão do quão autoritária e até violenta tem sido a repressão contra os movimentos de greve dos servidores públicos paulistas, como se expressou a professora que relatou:

Antes, a greve era importante, fazia a diferença. Hoje é apenas prejudicial ao professor, pois temos muitos prejuízos. O governo detém o poder, são mais de 20 anos. Quando deveríamos mudar, não conseguimos, penso que a resposta deve ser na urna (Questionário 16).

A professora do questionário 88 discorreu nesta mesma direção ao dizer que o movimento era “válido, antigamente, por que podíamos repor e não havia desconto salarial. Atualmente desconta-se tudo. Só há perdas”. Nestas falas, também é possível perceber como o sentimento pela greve se altera com a dialética do tempo na memória. Isto é, estes e muitos relatos revelam um olhar mais convergente a este aporte de negociação/resistência quando se trata de um passado mais remoto, em uma memória mais relativizada pelo passar do tempo e o re-contar das histórias.

Mas corroborando com os caminhos trilhados pelas memórias dos professores participantes da pesquisa, o que se evidencia no histórico dos movimentos é que a precarização operada sobretudo nos últimos quatro governos paulistas veio acompanhada do fortalecimento de estruturas de controle, repressão e intransigência no diálogo com os trabalhadores. Assim, a ideia de prejuízo se manifestou em dezenas de relatos docentes, evidenciando que, guardadas as proporções da memória e seus possíveis relativismos, as perdas materiais dos trabalhadores em greve são concretas e tem se tornado, ao longo do tempo, motivos de afastamento dos professores aos movimentos, mesmo como justificativas secundárias, conforme sugere o relato da professora ao relatar que: “Minhas participações me deixaram com sabor de derrota pois, além de perder salário e quebrar o bloco da licença-prêmio, não foi conseguido o objetivo da valorização

profissional com salários dignos e cumprimento da Constituição Federal” (Questionário 101). Na mesma direção somamos o depoimento da professora que afirmou que “O docente possui muito medo. O governo, a instituição aterroriza a categoria, ameaçando descontos e perdas salariais e eu mesma, como docente, me sinto impotente para mudar a nossa história” (Questionário 110).

O prejuízo material vem acompanhado, muitas vezes, do sentimento de medo e humilhação, bem como da revolta, frente à violência sofrida, pois a repressão às greves docentes não se limitam aos cortes de salários e prejuízo material. Há um prejuízo emocional, um desgaste perceptível. Muitos docentes rememoraram com tristeza suas experiências de greve ao suscitar os momentos de violência, como a docente que relatou: “Uma vez participei de uma passeata, em plena Avenida Paulista e os policiais correram atrás de nós professores. Foi uma experiência horrível” (Questionário 37). Outra professora reitera este ponto de vista ao afirmar, sobre a greve da qual participou, “é desgastante, violento e sem apoio, não somos ouvidos e sim sacrificados” (Questionários 89). A docente do questionário 92 afirmou que sua lembrança dos movimentos se resumem ao “desrespeito com relação a esse direito, que é constitucional, e violência contra os manifestantes, muito descaso”.

Com efeito, prejuízos materiais se somam aos emocionais neste retrovisor docente das greves, como relatou a professora que sistematizou suas consequências da participação de três delas, elencando que sentiu “muito esforço e estresse, muita insegurança e tensão. Luta, mas sem retorno, e falta de dinheiro pelos descontos pós-greve” (Questionário 95). Mas os resultados emocionais parecem repercutir no longo prazo. Uma docente que afirmou ter participado de movimentos de greves passadas já há algum tempo (não se lembra) advertiu que “foi horrível, você se sente um trapo, e vulnerável” (Questionário 96). É possível inferir que tais experiências, ao serem rememoradas nestas perspectivas, como humilhantes e fracassadas, contribuem para o enfraquecimento das articulações de greve<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Na mais recente delas, ocorrida em 2015, (a mais longa da história da categoria, com 93 dias, de 13/03 a 13/06), a grande maioria dos professores estaduais de Andradina não aderiu, basta lembrar que os questionários foram aplicados nas escolas estaduais no período da greve, e em todas as escolas visitadas os professores informaram que paralisaram apenas um dia (13 de março), mas que não fariam a greve em virtude das justificativas que aqui se expõem.

Na segunda acepção, ainda relativa à memória (negativa) sobre a greve, os professores apontam a falta de união entre os docentes e, inclusive, dentro do sindicato, como marcos de suas experiências no fazer-se de greves e manifestações. São dezenas de relatos a sugerirem que a falta de união e/ou pequena adesão dentro da categoria atrapalhou (e atrapalham) os movimentos, como ressaltou a professora ao afirmar, sobre a greve, que “é um movimento que não reúne o número suficiente de professores para lutar por uma valorização dos docentes” (Questionário 14). Um professor asseverou que “a classe é totalmente desunida, onde cada professor busca seu interesse” (Questionário 19). Outra afirmou que “cada vez mais percebo a classe desunida. Não há união para manifestar nosso descontentamento, e essa desunião fica maior quando se trata de mobilizações, greves” (Questionário 112). O professor do Questionário 118 informou que, por suas participações nas greves, que foram muitas desde sua entrada na SEE-SP em 1989, aprendeu que “a classe é fragmentada e os objetivos a que se quer alcançar ficam capengando no meio do caminho”. Nesta acepção, os professores horizontalizaram os problemas dos movimentos docentes, deslocando a questão da SEE-SP/Estado/Governo para os próprios professores, e consideram esse aporte de negociação como algo obsoleto, que já funcionou mas deixou de funcionar, e deveria ser superado.

O sindicato também emerge como problema, oscilando entre relações conjunturais e estruturais (resultantes do neoliberalismo, por exemplo) e fragmentações internas (ainda na ênfase da união da categoria). Nesse sentido, um docente, ao citar o enfraquecimento do sindicato dentro desse contexto de menor mobilização, ponderou que “no passado, havia maior engajamento, sentia o sindicato mais atuante e presente, verdade que as mudanças do mundo do trabalho enfraqueceram os sindicatos” (Questionário 65). Ainda, com mais recorrência, o sindicato é citado por muitos como espaço de disputas político-partidárias entre grupos da categoria. Uma professora, ao referenciar suas experiências de greve, afirmou que “no passado, era para o bem da base, docentes. Hoje é política, PSDB X PT” (Questionário 55). De forma semelhante se manifestou o professor que apontou “Falta união da categoria, por vezes manipulada pela disputa política dentro do sindicato” (Questionário 27). Seja no campo individual da conduta dos sujeitos, seja no bojo da organização docente coletiva, a questão da desarticulação da



categoria está posta na memória dos professores que participaram dos movimentos de greves e manifestações.

Assim também temos o relato da professora que, apesar de ter participado de quatro greves, afirmou não concordar mais com esse tipo de movimento justificando-se: “Parei, mas muitos colegas não. Fui a São Paulo, mas de nada adiantou. A comunidade, os pais, não apoiaram e nem participaram” (Questionário 21). Como o dela, destaca-se o depoimento da docente que, ao rememorar suas participações em duas greves, lembrou que “Na primeira greve, tive uma boa impressão. Na segunda, alguns colegas justificaram as faltas com licenças médicas. Confesso que me senti muito frustrada com os colegas” (Questionário 94). Nesta direção também se exemplifica o relato da professora que participou de uma única greve na SEE-SP, no ano de 2007, e não voltou a se engajar nos movimentos seguintes já que sua experiência “foi frustrante, pois foram poucos professores que aderiram à greve, tivemos que repor as aulas e nos dias de reposição sempre aparecia um professor que não aderiu a greve, com desculpas, só para ver se estávamos repondo” (Questionário 113).

Aqui podemos localizar limites e contradições, os pontos de enraizamento do individualismo e da competitividade neoliberal que julgamos não encontrar quando tratamos do tema da política de bonificação, no bojo do avaliacionismo meritocrático. Se, naquele tema conseguimos vislumbrar solidariedade dentro da categoria, aqui, ao tratar das greves, o mesmo não ocorreu, pelo menos na mesma proporção. Dos 96 professores que afirmaram já ter se engajado, apenas 15 docentes rememoraram positivamente suas experiências de movimentos de greves e manifestações, como situações de classe, onde experimentaram lutas coletivas<sup>4</sup>. Relatos como da professora que admitiu ter sentido “a emoção em poder participar, de reivindicar por melhores condições de trabalho e financeiras” (Questionário 7) e do docente que avaliou, sobre os movimentos em que participou: “Eu gostei. Mostrou união. Foi emocionante” (Questionário 38), constituem um contraste tímido dos sentimentos da grande maioria dos professores consultados.

No aspecto da contradição, trata-se de evidenciar um número expressivo de sujeitos que participam, vivenciam e constroem experiências agudas de classe

---

<sup>4</sup> Além disso, 49 docentes não relataram nenhuma experiência ou memória de greve, ou por que não participaram ou por que se abstiveram de responder.

(como a greve) mas não demonstram ou rememoram tais experiências como momentos possíveis da constituição (mesmo que processual) de um fazer-se coletivo, de um devir conjunto e solidário, de um fortalecimento da identidade coletiva do grupo. Ao contrário, a greve constituiu, para nosso universo empírico, situações de fraturas do professorado.

Acreditamos que os olhares docentes perpassam e oscilam nos meandros da solidariedade e consciência, mas por vezes caindo nas armadilhas neoliberais de individualizar as responsabilidades. O ideário neoliberal incentiva o micro-olhar, a desconexão das conjunturas e estruturas, o individualismo e, ao que os depoimentos nos sugerem, torna-se mais difícil para os docentes enxergarem as estruturas agindo quando os sujeitos estão tão próximos, substituindo eventualmente os grevistas para complementar a remuneração, observando a reposição do outro, lançando mão das licenças em tempos de greve. Afinal, a consciência de classe não é linear e perpassa dialeticamente pelas necessidades de sobrevivência material. Cássio Hideo Diniz Hiro, em sua dissertação de mestrado, procurou compreender os movimentos docentes em Minas Gerais no complexo processo de constituição social da categoria, encontrando as mesmas contradições que dispusemos aqui. Sobre isso, ele considerou:

Em muitos casos podemos observar que as greves e as ações de massa dos trabalhadores representam, de fato, o desenvolvimento, na prática, de uma consciência coletiva daqueles que nelas participavam. A identidade dos sujeitos pertencentes a uma mesma categoria, e, possivelmente, o reconhecimento de uma classe social, são marcas visíveis desses processos. (...) Ao mesmo tempo podemos observar certos conflitos e contradições existentes em seu próprio interior, como por exemplo, a divisão entre os grevistas e os fura-greves, durante e depois do movimento paralisista. Conflitos, estes, que não são exclusivos dos docentes, mas também de várias outras categorias de trabalhadores. Contradições que se apresentam entre a solidariedade e o conflito, em um processo dialético que, muitas vezes, desenvolvem-se e podem apontar a superação do estado atual em que se encontra uma classe social. Uma possível consciência de classe pode se desenvolver e se constituir em meio a essas contradições que permitem, aos poucos, a superação de uma falsa consciência, caso ela se apresente de fato. Neste caso, é importante compreender que a história social se desenvolve de forma processual, com seus ascensos e reflexos, com avanços e retrocessos, que não podem ser observados de modo cartesiano e linear (HIRO, 2012, pp. 127-128).

É nesta perspectiva que empreendemos nosso olhar sobre as memórias docentes no que tange às greves e às contradições inerentes a elas. Se, de um lado, temos que as greves histórica e teoricamente se constituem como experiências

de classes, matéria prima de sua consciência, elas, por outro lado, podem motivar novas fraturas, sobretudo opondo aqueles que participam daqueles que não se engajaram, mesmo que estes últimos estejam agindo (ou deixando de agir) sob efeito da repressão. Se nos detivermos apenas na teoria, perdemos a oportunidade de captar a complexidade do processo.

### **III – Considerações preliminares**

Com efeito, os teóricos, por vezes, idealizam a classe operária como sendo portadora do espírito revolucionário, e é possível que se idealize, também o professor e a categoria docente, por sua realidade objetiva do trabalho intelectual, como portador de uma razão social impecável, iluminados por ciências e saberes, bem como do espírito crítico da resistência. Devemos considerar, todavia, a hipótese de que por vezes os professores reproduzam a ideologia dominante, já que são sujeitos e estão repletos de contradições e humanidade. Entre os sentimentos de impotência frente à repressão do Estado e frustrações diante da própria categoria, ao considerarem suas participações como negativas e algo traumáticas nas greves, os professores descortinaram suas experiências reais e suas fraturas e ainda, evocaram a união da categoria como objeto central da discussão, evidenciando que a sua ausência aponta para sua presença. Há um esforço, ainda que no discurso, de coletividade.

Além disso, nas margens da organização social docente é preciso considerar todo o cenário. Até agora, nossa pesquisa tem se debruçado a descortinar o cenário de precarização do trabalho docente nos seus pressupostos intencionais do ponto de vista institucional, nas suas manifestações legais e nos desdobramentos diretos e indiretos do trabalho na escola, além de suas consequências mais dramáticas, como o quadro de adoecimento e sofrimento. A intensificação da exploração do trabalho, a proletarização que força o sujeito a atuar como objeto é um processo agressivo e está em curso na SEE-SP, e sabemos que onde há exploração, provavelmente encontraremos indícios de resistências, sejam individuais, no absentismo, na negativa em preencher mais e mais papéis, seja no âmbito coletivo, no fazer-se de greves, ainda que fraturadas, incompletas.

Consideramos que os professores entram em movimentos de greve por que, apesar de muitos não concordarem com esta estratégia, ela é uma herança atual e

legítima dos movimentos docentes, que floresceram com o novo sindicalismo, ou como os professores afirmam, o único recurso que produz algum efeito, mesmo que seja apenas visibilidade.

As memórias e os olhares docentes apontaram sentimentos de incredulidade, crise de representatividade, críticas, sugestões ideais, poucos caminhos, muitos horizontes, mas, na totalidade dos discursos e das memórias, o consenso se localiza na insatisfação. Há uma crise de coletividade, há uma dificuldade em realizar e integrar greves efetivas ou traçar novas formas de negociação, mas ninguém nega a premência da luta, evidência maior da precarização do trabalho docente. Seguimos em outros mergulhos, com a categoria, em busca das novas perspectivas e olhares, cada vez mais profundo e mais subjetivo, por que nos interessa, sobretudo, apreender estes processos, ainda inéditos para historiografia do trabalho, com e pelos sujeitos.

#### **IV – Referências**

ANTUNES, Ricardo. Anotações sobre o capitalismo recente e a reestruturação produtiva no Brasil. In ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria Aparecida Moraes (orgs.) **O Averso do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BATALHA, Cláudio Henrique de Moraes. A historiografia da classe operária no Brasil: trajetória e tendências. In: **Historiografia Brasileira em Perspectiva**. São Paulo: Contexto, 1998.

ESTEVE, J. Manuel. **O mal-estar docente**: a sala de aula e a saúde dos professores. Bauru: Edusc, 1999.

FERREIRA JR, Amarilio, BITTAR, Marisa. A ditadura militar e a proletarização dos professores. In *Educação e Sociedade*, Campinas, vol. 27, n. 97, p. 1159-1179, set./dez. 2006.

GOULART, Débora Cristina. Entre a Denúncia e a Renúncia: “A APEOESP Frente às Reformas na Educação Pública na Gestão Mário Covas (1995-1998)”. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas, 226 f. 2004.

HIRO, Cássio Hideo Diniz. História e consciência de classe na educação brasileira: lutas e desafios políticos dos trabalhadores em educação de Minas Gerais (1979 – 1983). Dissertação de Mestrado em Educação, Universidade Nove de Julho, UNINOVE – São Paulo, 168 f. 2012.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa**: a árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.